



Número: **0800333-15.2020.8.20.5100**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara da Comarca de Assu**

Última distribuição : **03/02/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
N. F. D. S. R. (AUTOR)		KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
KATIANE DE MACEDO SANTOS (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)		KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
SEGURADORA DPVAT (RÉU)		LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
57706 931	16/07/2020 12:30	2726770_CHAMAMENTO_AO_FEITO_01	Documento de Comprovação



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ASSU/RN

Processo: 08003331520208205100

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **NICOLAS FELIPE DOS SANTOS RODRIGUES**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar para ao final requerer o que segue:

DA DESIGNAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA E INTIMAÇÃO PARA PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAS

A parte Autora ingressou com apresente demanda objetivando o recebimento de indenização por MORTE.

Entretanto, equivocadamente, conforme se observa no despacho de ID's 54366230 e 54799151, foi nomeado perito e determinado o pagamento de honorários periciais.

Contudo, a ação não tem como objeto um pedido de indenização por invalidez permanente, devendo ser reconhecido que tudo o que dos autos consta refere-se à indenização por Morte.

Neste sentido, faz-se necessário sanar o equívoco no despacho proferido, uma vez que não há que se falar em realização de prova pericial, tampouco no pagamento dos honorários periciais pela Ré.

Dessa forma, requer o chamamento do feito à ordem, a fim de que o despacho em questão seja tonado sem efeito no ponto em questão, prosseguindo sem prejuízo dos demais atos.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

ASSU, 15 de julho de 2020.

LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA
11929 - OAB/RN

